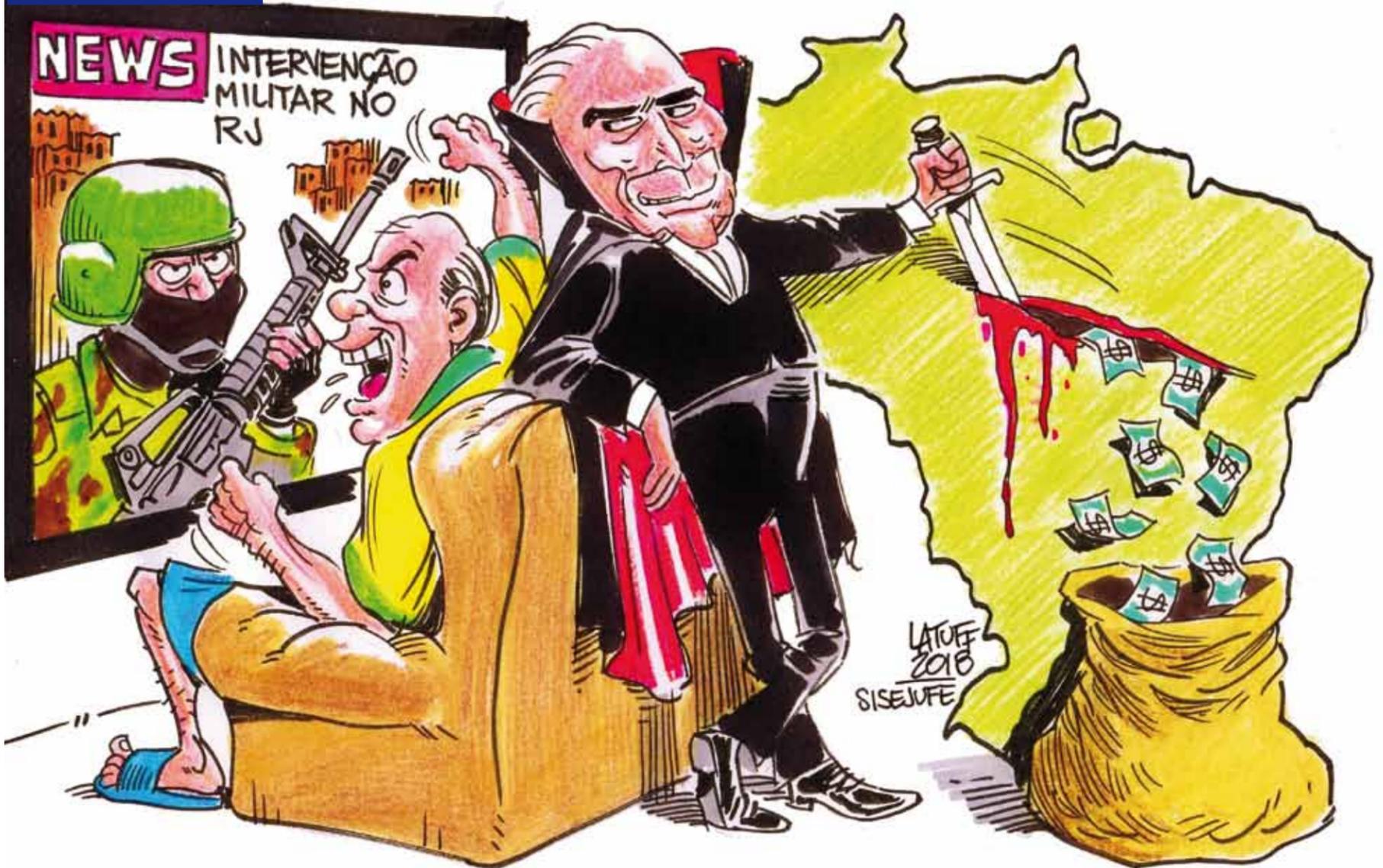


LATUFF



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Sisejufe participa debatendo sobre a precarização do trabalho no Poder Judiciário

O Sisejufe participará do Fórum Social Mundial 2018 (FSM), que ocorrerá em Salvador (BA), de 13 a 18 de março, com realização de debate sobre a precarização do trabalho nos poderes judiciários federal e estadual, provocada pela aplicação de reestruturações que visam a redução do quadro de pessoal e de funções visando a adequação à Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 e da Medida Provisória (MP) nº 805/2017, que reduz drasticamente os investimentos em pessoal, tornando o acesso do cidadão ao Judiciário cada vez mais precário.

Os efeitos das reestruturações para adequação ao teto dos gastos provocam a redução do

atendimento na Justiça Eleitoral e diminui o acesso dos pobres ao direito democrático do voto; o encolhimento de pessoal na Justiça do Trabalho concorre diretamente para a não realização do acesso do trabalhador aos seus direitos; na Justiça

Federal e nos tribunais de Justiça estaduais a unificação das secretarias para redução do quadro de pessoal dificulta o acesso do cidadão aos seus direitos, de uma maneira geral. Além disso, o impacto das reestruturações tem provocado aumento sig-

nificativo do adoecimento dos trabalhadores, principalmente através do surgimento e/ou da agudização de doenças osteomusculares e do sofrimento mental, em razão da sobrecarga de trabalho e do assédio moral institucional, que tem como base

a busca pela produtividade abusiva. Representarão o Sisejufe no FSM2018, as diretoras Fernanda Guimarães Lauria, Maria Eunice Barbosa, Neli Costa Rosa e o diretor Ricardo Valverde.

Da Redação



Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriano Nunes dos Santos, Alexandre Graciano dos Santos, Amaro das Graças Faustino, Ana Clécia Vieira Santos, Carlos Eduardo da Costa Cruz, Carlos Henrique Ramos da Silva, Claudio Vieira Amorim, Deise de Andrade Azevedo, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Fabio Filardi da Silva, Fernanda Guimarães Lauria, Helena Guimarães Cruz, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel Lima de Farias, José Fonseca dos Santos, José Ricardo de Almeida Horta, Jovelina Alves da Silva, Laura Diogenes de Oliveira e Silva, Lucas Ferreira Costa, Lucena Pacheco Martins, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Marcelo Costa Neres, Maria Cristina Barbosa Mendes, Maria Eunice Barbosa da Silva, Mariana Abreu Petersen da Rocha, Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Michel Carneiro da Silva, Mônica Cristina Santana de Jesus, Neli da Costa Rosa, Nilton Barbosa de Castro, Nilton Alves Pinheiro, Ricardo de Azevedo Soares, Ricardo Loureiro Pinto, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo Soares Valverde, Rodrigo Alcantara de Souza, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves – **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Fortunato Mauro – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) – **PROJETO GRÁFICO:** Claudio Camilo (MTb 20478) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Deise de Andrade Azevedo, José Ricardo de Almeida Horta, Lucena Pacheco Martins, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Ricardo Quiroga Vinhas, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves, Vera Miranda, Fortunato Mauro e Max Leone – **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 6.000. "Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados."

Organizar a categoria na defesa da democracia e na garantia da realização e manutenção de direitos

EDITORIAL

Urge a organização e luta pela agenda dos servidores

Nos dias 23 e 24 de fevereiro a direção do Sisejufe realizou seu Planejamento Estratégico anual para elaborar seu plano de ação e estratégias para enfrentar os desafios da conjuntura em 2018.

O recrudescimento do projeto neoliberal no Brasil, através da aplicação do programa de redução drástica do papel do Estado e de transferência para o setor privado de áreas de atuação fundamentais às garantias dos direitos constitucionais à vida, à dignidade da pessoa humana, à Segurança, à Saúde e à Educação, entre outros direitos fundamentais, é o cerne da política de desmonte e minimização agudas do papel do Estado brasileiro vigente na atualidade. É contra isso que lutam os trabalhadores e os movimentos sociais organizados.

O principal desafio em 2018 é construir uma agenda positiva para a categoria que se contraponha à atual conjuntura de ataque não somente aos direitos, mas, também, ao espírito da democracia. Faz-se necessário entender que o seu papel vai muito além do processo de alternância de governos. Garantir a democracia é garantir o acesso e a realização de direitos constitucionais e ao mesmo tempo garantir aos indivíduos a luta por novos direitos e conquistas.

Quando a democracia é atacada, todos somos atacados. Os direitos carecem de proteção, posto que podem ser retirados com facilidade, como se atesta atualmente. A insegurança jurídica se estabelece e aprofunda-se o processo de opressão aos movimentos organizados pelo uso da força e de medidas repressoras. Nada está seguro para os trabalhadores, tudo pode ser contestado e flexibilizado pelas administrações e governos em nome da economia e da austeridade.

Nesse sentido, torna-se ain-



Foto: Cristiane Vianna Amaral

Diretoria se reúne para definir o seu Planejamento Estratégico

da mais importante a unidade entre os trabalhadores do setor público e da iniciativa privada na defesa da democracia e dos direitos democráticos de lutar por melhorias e por manutenção de conquistas. O papel das frentes de luta que organizam os mais diversos setores dos movimentos sociais é de unificar, na bandeira da democracia e do “Nenhum Direito a Menos”, todas as grandes lutas setoriais e diversas em suas formas de organização, sejam trabalhadores, estudantes, movimentos culturais, ambiental, intelectual, de moradia, de mulheres, de combate ao racismo e a todos os tipos de preconceitos e todos os inúmeros espaços de organização e luta.

É preciso entender que o ataque que se faz a um, se faz a todos. Somente a unidade contra os ataques à direitos e conquistas pode garantir um futuro melhor.

Para a direção do Sisejufe, encontrar o formato para construir ações transversais de luta contra o desmonte do serviço público com demais sindicatos e entidades organizadas através das frentes de mobilização popular e envolver a categoria nessas ações, é a tarefa prioritária para superar a agenda negativa de

destruição do papel do servidor público na realização de direitos para a população. Todos os departamentos e núcleos do sindicato devem construir suas ações para o próximo período, mantendo a linha prioritária de enfrentamento ao desmonte, como já tem sido feito ao longo do tempo. Assim como os sindicatos, as frentes também devem buscar novas maneiras de atuação para enfrentar os grandes desafios que se impõem na conjuntura. É papel do Sisejufe pensar e propor novas estratégias e táticas para o enfrentamento, porque os que nos atacam também se atualizam e mudam sua forma de agir para aprofundar a opressão sobre os que lutam.

Na vanguarda da luta específica

Por outro lado, urge a organização e luta pela grande agenda positiva dos servidores do Poder Judiciário da União (PJU), que é a construção da recomposição salarial dentro do Plano de Carreira. Não é mais possível pensar em mecanismos apenas de recomposição salarial para a categoria em função dos limites da Emenda Constitucional (EC) nº 95, que limita o teto de gastos por 20 anos.

Também não podemos mais permitir que o debate da valorização e recomposição salarial

dos servidores do PJU, ocorra depois que a última parcela de recomposição salarial ocorra nos contracheques. Essa é a grande agenda positiva de 2018, pensar, debater e formular um novo processo de valorização dos cargos e de recomposição salarial, através da estrutura do plano de carreira dos servidores do PJU. A construção de um projeto de Carreira que traz em seu cerne ferramentas de recomposição salarial que superem a lógica do congelamento da EC 95 é a prioridade política para atuar em plano local e nacional.

Neste sentido é preciso problematizar a atuação da Fenajufe na condução dos processos de mobilização e organização das suas bases. A Fenajufe tem que colocar na ordem do dia a priorização do enfrentamento ao processo de desmonte do PJU. Liderar suas bases de forma propositiva e não apenas ficar a reboque dos estados ou das frentes de mobilização dos servidores como o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Para construção da unidade de suas bases em torno de uma grande agenda nacional de luta, a Fenajufe precisa construir suas

próprias grandes lutas, as bandeiras do PJU, contra as ações de desmonte dentro do próprio Poder Judiciário, travestidas de ações de reestruturação dos órgãos e do quadro de servidores das justiças especializadas, seja na Justiça do Trabalho, na Eleitoral ou na Federal, demandam por unidade de ação no enfrentamento e também por construção de saídas para a categoria como um todo, através de uma análise sistêmica.

Não existem saídas prontas, a categoria deve envolver-se na formulação de respostas à retirada de direitos e à precarização das condições de trabalho. A reforma trabalhista foi um duro ataque à todos que agora chega ao serviço público sem muita resistência. A reforma da Previdência é nossa luta prioritária e demanda estado de mobilização permanente para a sua derrocada total.

Agora é seguir organizando a luta e construindo a unidade, dentro e fora da categoria. Contra todas as formas de opressão, em defesa intransigente da democracia, por Nenhum Direito a Menos e pela construção do Projeto de Carreira como ferramenta de valorização dos cargos e servidores, bem como de recomposição salarial.

Para o governo, “a para

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Mesmo que não seja permanente, a vitória dos trabalhadores p

João Werneck*

“Se votar, não volta”, slogan da campanha contra a Reforma da Previdência de Temer pegou em cheio e fez tremer os deputados da base aliada do governo, na Câmara Federal, que pretendem a reeleição agora em 2018.

O governo de Michel Temer e aliados já admitem: não haverá Reforma da Previdência em 2018. O tema é tratado no Palácio do Planalto, mesmo, como uma derrota. “Derrotam o Brasil”, disse o presidente em tom de quem busca culpados e anseia em apontar o dedo para esses.

Ora, culpados são os servidores, os trabalhadores e os sindicalistas que foram às ruas, aeroportos e avenidas lutar contra o desmonte estatal e mais um ataque nas garantias do trabalhador brasileiro. Vence o Sisejufe e vários outros sindicatos, vence a Frente Rio Contra a Reforma da Previdência (Frente Rio), as centrais sindicais e todos os movimentos populares que desde o início se posicionaram contrários à mudança do regime previdenciário.

Alessandro Molon, deputado



Fotos: Cristiane Vianna Amaral

Categoria e direção do Sisejufe sempre incansáveis na luta de resistência contra a reforma da Previdência. Presença constante nas lutas

federal sem partido, em entrevista ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), reafirmou a importância da batalha política: “Foi a mobilização de vocês que impediu

que o governo conquistasse os votos necessários para empurrar goela a baixo das brasileiras e dos brasileiros essa crueldade do Michel Temer contra os trabalhadores e trabalhadoras. A

gente não pode descansar. Ainda tem muita luta pela frente”.

Apesar dos estudos publicados e alternativas apresentadas pela oposição quanto ao tema, a reforma foi tratada pela base governista como ponto fundamental para manutenção das contas públicas. Mas isso revelou-se um grande engodo, uma panacéia. O compromisso de Temer nunca foi o Orçamento justo ou a manutenção da integridade do tesouro.

A guerra declarada contra os servidores servia a propósitos não explicitados pelo governo. Além da Terceirização enlouquecida no Estado, previa-se, também, a privatização do regime previdenciário no Brasil, que beneficiaria aos únicos que podem prestar esse serviço, bancos e conglomerados financeiros.

Sequestro de direitos

Em discurso no Plenário da Câmara Federal, a deputada Jan-dira Feghali (PCdoB-RJ) afirmou: “Ninguém apresenta uma proposta enxuta, de quatro pontos, em 25 páginas. É uma proposta absolutamente abrangente e que continua sequestrando direitos importantes e principalmente em cima dos mais pobres. É uma proposta excludente, favorecedora do sistema financeiro, principalmente quando mexe com a Previdência dos servidores públicos, e que tem como pilar central a retirada de direitos previdenciários e de redução do valor das aposentadorias”.

A atual proposta de mudança no regime previa estabelecer uma idade mínima para se aposentar (65 anos para homens e 62 para mulheres) e um tempo



Sem medir esforços, Sisejufe se juntou na luta contra a reforma da Previdência

“adiamento”; e os trabalhadores, vitória

úblicos e privados é patente diante do fracasso do governo

mínimo de contribuição para ter direito ao benefício (15 anos para trabalhadores da iniciativa e 25 para os funcionários públicos). Além disso, quem se aposentasse com esse tempo mínimo receberia 60% da média salarial - 70% no caso dos servidores. O teto seria alcançado apenas caso se chegasse aos 40 anos de contribuição.

Para o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), “essa reforma previdenciária pega os mais pobres, os que começam a trabalhar mais cedo. Muito trabalhador vai contribuir a vida inteira e não vai conseguir se aposentar”.

Da “PEC da Maldade” à compra de votos

O mapeamento de votos dos congressistas é um ritual que se repete sempre que o Legislativo se depara com uma decisão importante. Numa primeira batalha, ainda em 2017, Temer aprovou a PEC 55, a chamada “PEC das Maldades”, que congelou os gastos em Saúde e Educação por 20 anos entre outros. O sucateamento de duas das principais demandas do brasileiro comum foi tam-

bém disfarçada sob a retórica da preservação das contas do Governo. O trabalhador perdeu, e quem comemorou foram a iniciativa privada e as grandes empresas que ofertam planos de saúde.

Pouco tempo depois, aproveitando-se ainda do oligopólio midiático que inflamava a população contra a corrupção (não a do atual governo, claro), a base governista conseguiu retirar o foco popular sobre a discussão da Reforma Trabalhista e aprovar mais um golpe contra os brasileiros. O projeto foi sancionado pelo presidente em 13 de julho de 2017.

O problema é que a influência de Michel Temer sobre as duas casas legislativas tinha prazo. Terminada a caça ao governo Dilma, foi a vez da base governista entrar na mira da Polícia Federal. Quase todos os principais aliados de Temer viram-se envolvidos em graves denúncias de corrupção.

Não apenas ministros, deputados e senadores, até juízes e membros do Ministério Público Federal, que posavam como paladinos do combate à corrup-



A sempre presença do Sisejufe foi notada em mais uma jornada de lutas

ção, perderam a credibilidade, beneficiários de privilégios inescrupulosos e criminosos. O que se seguiu foi um governo formado por uma quadrilha, chefiado por um presidente denunciado duas vezes por corrupção.

Não bastasse os escândalos, era cada vez mais notável o

montante gasto para aprovar a reforma da Previdência. Enquanto falava-se em proteger as contas públicas, Temer anunciava pacotes bilionários para deputados e governadores em trocas de votos.

A divisão de cargos no governo foi mais um fato que contribuiu para deterioração da imagem do presidente. Temer tinha à disposição um manancial de postos comissionados. Na medida em que esse estoque terminava, escorria pelo ralo seu último resquício de capital político.

Vitória da luta

A credibilidade do Governo era, portanto, uma bomba relógio. Em 2018, ano de eleição, sabia-se que poucos deputados seriam capazes de embarcar em mais um confronto contra os sindicatos e trabalhadores. Ano de eleição é coisa séria, e Rodrigo Maia (MDB-RJ), presidente da Câmara, já avisara, desde

janeiro, que não havia “nenhum tipo de otimismo” com relação à reforma.

O brasileiro pode comemorar ao menos até o início de 2019, quando então tomará posse o novo presidente da República: a Previdência, por hora, não muda, é vitória do povo trabalhador brasileiro e derrota para Michel Temer, seus aliados nacionais e internacionais, o rentismo e o mercado.

Mas o trabalho do Sisejufe, da Frente Rio Contra a Reforma da Previdência e de todas as outras organizações sindicais e populares que empreenderam essa luta não termina. É preciso estar atento, afinal, “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”, segundo o nazista hitlerista Paul Joseph Goebbels que viu a sua máxima ser levada às últimas consequências.



A resistência se deu até na Sapucaí: samba, suor e luta

“É em

ENTREVISTA

Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Terezinha Martins se autodefine, antes de tudo, como “uma militante”. “Quem sabe mais, luta melhor”, sentencia a baiana que leva as dores do sertão onde quer que vá ou esteja

Cristiane Vianna Amaral*

Terezinha Martins é coordenadora do Núcleo de Estudos de Trabalho, Raça-Etnia e Gênero (Negrem) da Unirio, mas, segundo ela, é a mulher que está no centro de sua produção acadêmica. Graduada em Psicologia, mestre e doutora em Psicologia Social também coordena o grupo de extensão Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

Em virtude do 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, fomos ao encontro de Terezinha pra dialogar com ela acerca da temática feminista, buscando discutir a luta das mulheres e a precarização do trabalho, gênero, raça, classe e sexualidade.

Contraponto – É possível discutir a situação das mulheres sem falar de raça e classe?

Terezinha Martins – A minha posição é a partir do Materialismo Histórico Dialético, a partir do conceito de Nó, da feminista e socióloga brasileira Heleieth Saffioti. Mas acredito que a classe tem centralidade e representaria o eixo da exploração, pois o trabalho da grande maioria fica com quem detém os meios de produção. No entanto, em torno desse eixo da exploração é preci-

so construir o eixo das opressões. Como é que eu posso explorar, retirar o fruto do seu trabalho sem que você e seu entorno reajam? Que se aceite que uma pessoa ganhe R\$ 500 e outra R\$ 500 milhões? Então o capitalismo cria as opressões de raça e classe, que formata o ser humano ao nascer. Eu divido por duas características encontradas em todos os seres humanos, que é a cor da pele e o sexo, o aparelho reprodutor. Eu pego características biológicas e transformo em desigualdades, hierarquicamente.

Contraponto – Mas como essa opressão é forjada na prática? Logo após o nascimento?

Terezinha Martins – Antes que eu possa questionar racionalmente, a mãe branca, segurando a mão de sua criancinha branca, quando vê uma criança negra, descalça e sem camisa, atravessa a rua porque tem medo. “Os negros são perigosos, são ladrões.” Da mesma forma, em relação ao sexo: mamãe passa, lava e cozinha, mesmo que tenha chegado do mesmo local de trabalho que o papai. Eu aprendo que existe uma categoria superior, que são os homens e outra inferior, que faz o trabalho assalariado e o trabalho não assalariado, reprodutivo. Eu



Fotos: Cristiane Vianna Amaral

aprendo isso emocionalmente. Então, quando eu chego ao mercado de trabalho por que eu vou achar estranho que as mulheres ganhem menos? Por que eu vou achar estranho que os negros ganhem menos e que trabalhem mais e não sejam reconhecidos? O patriarcado capitalista não dá ponto sem nó.

Contraponto – De que forma o sistema capitalista impede o efetivo avanço das lutas feministas?

Terezinha Martins – Meu marco é o feminismo que emerge após os anos 1970. Havia as bandeiras gerais, contra a carestia, o autoritarismo e a ditadura, assim como as bandeiras específicas. Por mais que a luta por creche não seja apenas das mulheres, como nessa sociedade somos nós que ficamos com as crianças, essa era uma pauta ao lado do aborto, do amor livre, da liberdade estética, sobre o

nosso corpo, nossos pelos... Então, a luta das mulheres vai ganhando proporção e o capital rapidamente pensa numa forma de aumentar a opressão das mulheres, “incorporando essas lutas”, dando um ar de modernidade. Em 1995, a Plataforma de Pequim, elaborada por diversos organismos internacionais, separa os direitos sexuais dos reprodutivos. A partir desse momento, há uma ênfase extraordinária nos direitos sexuais em detrimento dos direitos reprodutivos. Os direitos sexuais não precisam de investimento, de políticas públicas. A consequência disso é que temos o casamento de pessoas do mesmo sexo, uma grande conquista, mas do direito ao aborto ninguém mais fala. É proibido. A luta pelos direitos sexuais cresceu muito. Parece que o feminismo teve vitórias estrondosas, como o nome social e a visibilidade da questão

LGBTQI (do inglês Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, Questioning and Intersex). No entanto, paradoxalmente, e não por acaso, a luta pelo direito das mulheres está desaparecendo, a tal ponto de setores do movimento não quererem mais usar o termo mulheres e sim pessoas.

Contraponto – Como é feito o controle sobre o corpo feminino?

Terezinha Martins – Tem um feminismo que diz que você pode sair na rua sem sutiã mas, na outra ponta, a maioria, as mulheres pobres, continuam sendo assassinadas, morrendo por causa de abortos clandestinos. A classe média faz aborto porque tem dinheiro pra pagar. O capital se interessa pelo corpo das mulheres porque é nele que ocorre a reprodução da força de trabalho. É no nosso corpo que está a vida, o homem participa apenas de um momento. Se as mulheres se dessem conta

nosso corpo que está a vida”

disso, elas teriam o poder. Essa é a força da ideologia, aqueles que não geram a vida controlam aquelas que geram, dizendo que o corpo das mulheres não tem importância.

Contraponto – E qual é o funcionamento da opressão às mulheres no cotidiano?

Terezinha Martins – Os homens estão postos na posição de opressor, mas isso não ocorre individualmente. Não é esse ou aquele, é o conjunto. Os homens são diuturnamente ensinados que são donos dos corpos das mulheres. Um homem pode ser um nada no seu trabalho, ganha mal, o patrão grita com ele. Mas essa impotência se transforma em potência: “o patrão manda em mim e eu descarrego na ‘minha’ mulher”. Os homens, todo o tempo, são informados emocionalmente que as mulheres são suas, desde que eles nascem. Qualquer mulher é inferior. Na universidade, por exemplo, parece que as mulheres estão numa situação diferente mas, na verdade, o que está sendo respeitado é o poder hierárquico da organização do trabalho.

Na rua, o cara mais chucro do mundo vai assoviar pra Gisele Bündchen. Ele acredita que tem o direito de fazer isso. Para mudar essa realidade, é necessário fortalecer as mulheres e educar os homens, que devem romper com os privilégios e ombrear com as mulheres na luta contra o patriarcado.

Contraponto – Atrizes e cantoras têm se destacado por manifestarem-se publicamente pela liberação da mulher. Esses discursos podem empoderar a mulher comum?

Terezinha Martins – Me conte uma coisa nova. Eu acabei de chegar do espaço. As mulheres sempre foram objetos de desfrute dos homens. Aí a Anitta surge como exemplo de liberação porque tem um corpo bonito e perfeito? Eu não entendi alguma coisa no meio do caminho. Continuamos sendo medidas pela beleza. Todas as mulheres sofrem com o machismo. Os fenômenos sociais guardam entre si uma relação de unidade, mas não de identidade. Uma moeda tem cara e coroa. A cara e a coroa não são idênticas. Cada

uma delas tem uma identidade, mas as duas formam uma unidade. Lados com identidades diferentes: brancas, pretas, novas, velhas, gordas, magras. Se houvesse dois lados iguais, ela seria falsa. A moeda como representante da riqueza e a unidade é a opressão. Qual é a opressão? Se é uma trabalhadora intelectual, está ‘dando’ para o chefe. Estamos sempre sendo medidas pela aparência física, em detrimento da nossa capacidade intelectual. As mulheres bonitas tem que provar o tempo todo que são competentes. Aí você coloca como ícone do avanço uma mulher bonita, sendo bonita. O avanço seria se existissem mulheres de todas as formas. Que a estética fosse um padrão múltiplo e não único, para homens e mulheres. A partir desses discursos, quantas mulheres conseguem se potencializar e mudar a sua vida?

Contraponto – Então não podemos dizer que o feminismo teve avanços significativos nas últimas décadas?

Terezinha Martins – Se você abrir o jornal, ver uma novela, parece que estamos no melhor dos mundos, mulheres transsexual fazendo novela, o que, ideologicamente, faz acreditar para o conjunto das pessoas que é o fim da história, que é a única forma de viver, que estamos todos bem. Na vida comum, nas comunidades, nos bairros pobres, as mulheres continuam sendo as que cuidam dos filhos, as que têm que obedecer, apanhando e sendo mortas e violadas, ganhando pouco, abandonadas. No universo das mulheres trabalhadoras, a realidade não mudou nada.

Contraponto – O combate ao assédio pode contribuir para melhorar a vida das mulheres?

Terezinha Martins – O assédio moral parou de fazer sucesso. Agora sou chamada só para falar de assédio sexual. E para o que servem todos os enunciados enfatizando ao assédio sexual? É o pós-modernismo: não tem mais o sujeito, o patrão, o capital; só existem indivíduos. Quando um cara assedia sexualmente e alguém denuncia – e eu acho que tem que denunciar –, você está culpabilizando exclusivamente esse sujeito e não o entorno que o produz. Quando você denuncia o assédio moral, a denúncia recai sobre a empresa, a organização. Por isso o assédio moral não interessa. Interessa o assédio sexual porque eu tiro esse sujeito da cena, culpabilizando-o. Não que ele não seja responsável, ele poderia ter escolhido fazer de forma diferente. Ele não é culpado, esse processo não é educativo. É uma sanha de ódio que devia ser voltada para o patrão e não para cada um dos sujeitos, que reitero, não são inocentes e devem responder pelo que fizeram.

Contraponto – Em 2017, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Trabalhista. De que forma ela impacta a vida das mulheres?

Terezinha Martins – A Reforma Trabalhista é do eixo da exploração, incidindo diretamente na vida dos trabalhadores, acabando com qualquer direito que ele tenha. Como é que isso impacta diferentemente a vida das mulheres? Ela, como trabalhadora, já tem direitos desiguais: já é mais mal paga. Ela é o elo mais fraco, a primeira a perder o emprego, a fazer mais horas-extras. Na medida em que

o cara está desempregado, sem salário, a violência aumenta, todas as estatísticas mostram isso. Quando o trabalhador está nesta situação, a violência doméstica, ou seja, contra mulheres e crianças, cresce, pois o cara não tem outro lugar para descarregar. Enquanto trabalhadoras, os direitos delas já são menores e vão ficar ainda menores, porque sempre o lado mais fraco cai primeiro. Só vai ser pior para as mulheres, como sempre.

Contraponto – Há o que comemorar no 8 de Março de 2018?

Terezinha Martins – Enquanto houver uma mulher ganhando menos que um homem para exercer a mesma função, tendo que ter três vezes mais qualificação para ocupar o mesmo posto, sendo responsável por toda a reprodução social – lavar, passar, cuidar das crianças e dos idosos, sendo violada dentro de casa e fora dela, sendo desrespeitada nos espaços sociais... Enquanto houver uma delas, não podemos falar em vitória ou em celebração. O dia 8 de março é um dia de comemoração. Comemorar é lembrar junto, é trazer a memória dos fatos, das mulheres que morreram, das feministas que lutaram e continuam lutando e das novas feministas. É preciso trazer tudo isso à memória para não recomeçar do zero, para continuar, para perceber o que foi errado para fazer o que é certo. Não temos que celebrar ou fazer festa. É preciso estarmos juntas para lembrar das lutas. Motivo pra festa nós não temos. Estamos piores do que estávamos antes. E indo pra fogueira achando que estamos nos libertando.



Fonasefe e Fonacate em defesa dos direitos das mulheres!

MULHERES

Proteção social ao trabalho das mulheres e da política de Seguridade Social

O dia 08 de março é uma data histórica, representa a luta e a resistência das mulheres em defesa de seus direitos, o marco dessa data está ligado à greve das operárias têxteis, em 1857, quando paralisaram suas atividades e foram duramente reprimidas. Por isso o dia 8 de Março é um importante símbolo desta luta das mulheres.

Diferentemente do que os comerciais de tevê e as lojas querem nos fazer acreditar, esse não é um dia sobre flores e presentes; não é um dia para consumo; mas, sim, um dia histórico de luta pela libertação e emancipação plena das mulheres. É um dia de luta não apenas pelos direitos que são negados, mas principalmente pela abolição de todos os privilégios dos capitalistas.

No mundo do trabalho os elementos patriarcais ainda são estruturantes; e as mulheres são expostas frequentemente a uma dupla exploração da sua força. Sem aposentadoria, as mulheres estarão desprotegidas e acabarão caindo no Benefício da Prestação Continuada (BPC). É justamente no BPC que o governo pretende promover um ajuste, propondo a desvinculação do salário mínimo e o aumento da idade para receber o benefício, de 65 para 70 anos. É uma reforma muito perversa para as mulheres.

No caso das mulheres, a divisão sexual do trabalho, na qual elas assumem grande parte dos afazeres domésticos, faz com que elas tenham mais dificuldade de acessar o mercado formal e, portanto, mais dificuldade de acumular os anos de contribuição. Contribuir por 15 anos, como é o modelo atual, já exclui muita gente. Aumentar para 25 anos excluirá ainda mais!

A conclusão a que se chega é que, no futuro, 47,3% das mulheres não alcançarão os 25 anos de contribuição. Para os homens, esse percentual será



de 30%. A reforma vai afetar os homens também, porque muitos sofrem com o trabalho precário, mas afetará, ainda mais, as mulheres, justamente por conta da divisão sexual do trabalho.

Para as mulheres, os efeitos do prolongamento da jornada de trabalho serão ainda mais profundos, tendo em vista a dupla e até tripla jornada de trabalho, que faz com que, ao chegarem em casa, ainda tenham que realizar as tarefas domésticas. Além disso, a possibilidade criada pela reforma trabalhista de Temer de que mulheres gestantes e lactantes possam trabalhar em locais insalubres, vai agravar os problemas de saúde física e mental das mulheres.

Para além da produção de bens e mercadorias, existe o trabalho de manutenção da vida e reprodução das pessoas, o chamado trabalho na reprodução social, que muitas vezes é realizado de maneira não remunerada, como é o trabalho doméstico.

Esse trabalho é, em sua maioria, realizado pelas mulheres.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2006) do IBGE, 92% das mulheres ocupadas (em trabalho remunerado) realizam afazeres domésticos. Em média, usam 25 horas semanais nisso. Enquanto os homens, apenas 10. A divisão sexual do trabalho também intensifica a exploração da força de trabalho feminina, pois expulsa as mulheres para os postos de trabalho mais precários, com menores salários e menos direitos. Daí o porquê das mulheres serem mais afetadas pela Reforma Trabalhista. Ainda mais afetadas são as mulheres negras que, em razão do racismo, são oprimidas duas vezes, estando em último lugar quando falamos em remuneração (são as que recebem os menores salários). E também são mais uma vez oprimidas as mulheres travestis, transexuais, bissexuais e lésbicas.

Nesse contexto, destaca-se que as mulheres contribuem para a geração de riqueza para a economia do país. Contudo, no mundo do trabalho, são as mais exploradas e oprimidas:

- são a maioria na população em situação de pobreza;
- tem os mais baixos rendimentos na classe trabalhadora;
- estão nos trabalhos mais precários: informais, terceirizados, sem carteira assinada;
- são a maioria da população desempregada e da população que busca emprego;
- têm as maiores e mais exaustivas jornadas de trabalho;
- sofrem violência, assédio moral, abuso sexual, maus tratos físicos, exploração e até situações de escravidão (trabalho em troca de comida e moradia) em toda parte e, sobretudo, nas casas de famílias que empregam mulheres e meninas no trabalho doméstico, em sua maioria negras, refletindo não apenas a

estrutura patriarcal de exploração, mas, também, o racismo presente nessa relação.

O Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), representados por parte considerável de mulheres, nesse expressivo marco, “O Dia Internacional das Mulheres”, destaca a luta histórica dessas, sua capacidade de mobilização e o seu protagonismo em importantes lutas. Mulheres que, além da sua exaustiva jornada de trabalho, ainda se dedicam à militância e à defesa de direitos da classe trabalhadora.

Diante da atual conjuntura de violentos ataques aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, é urgente que as mulheres se mobilizemos para ocupar as ruas contra o governo corrupto de Michel Temer e suas medidas!

Pela proteção social ao trabalho das mulheres e da política de Seguridade Social universal, pública, solidária e redistributiva!

Na maratona dos Quintos em fevereiro, nada

QUINTOS

Nas pautas do STF durante o mês de fevereiro, o benefício transitou sem que fosse julgado

Fortunato Mauro*

Foto: Acervo Sisejufe

Os Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário (dos Quintos) entraram na pauta da Sessão Extraordinária do Supremo Tribunal Federal (STF) do dia 1º de fevereiro, tendo como relator seu maior adversário, o ministro Gilmar Mendes.

A diretoria do Sisejufe esteve presente em todas as sessões buscando estabelecer métodos e estratégias pra que a categoria não fosse derrotada. Lucena Martins, dirigente do sindicato, sempre reforçou a necessidade da presença de servidores e dirigentes sindicais no Plenário do STF e esteve lá nesse e nos demais dias para “demonstrar que a categoria está atenta às decisões dos ministros e, principalmente, na defesa dos direitos dos servidores e da segurança jurídica no país”.

Assim, a presença de dirigentes das entidades e servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (MPU), entre eles Lucena Pacheco e Soraia Marca do Sisejufe, nas sessões se demonstrou fundamental para respaldar esse trabalho de articulação que foi desenvolvido pelas entidades, dando, assim, continuidade à luta iniciada em 2017 em defesa da “segurança jurídica”, da “coisa julgada” e dos direitos dos servidores. Acerca disso, representantes



Sisejufe e suas assessorias estiveram presentes e astentos

das entidades entregaram memoriais e conversaram com autoridades do Poder Judiciário e do MPU, inclusive com os ministros do STF.

Adiamentos e mais adiamentos

Os Quintos são decorrentes de decisões em processos transitadas em julgado ou administrativas há mais de dez anos, já incorporadas a remuneração de milhares de servidores.

Desde outubro de 2017 os embargos declaratórios estão na pauta do STF. Durante esse período, diversas entidades representativas da categoria visitaram os ministros e acom-

panharam todas as sessões da Suprema Corte a fim de defender a manutenção do pagamento dos Quintos e informar a categoria sobre os bastidores das sessões e o desenrolar do julgamento, que ainda não ocorreu em virtude da inclusão na pauta de temas de repercussão social que ocuparam integralmente a agenda de julgamentos do STF ou por artimanhas do ministro relator ou, ainda pela falta de tempo.

Como o RE 638.115 esteve na pauta em lista por várias sessões, poderia ter sido julgado a qualquer momento, mas outras mediações estiveram na cena. Uma delas deu conta de

que, estranhamente, o ministro Gilmar Mendes não quis que o recurso fosse julgado, assim como alguns processos sob sua responsabilidade.

Soraia Marca, que participou de todas as sessões do STF, avalia que o clima dos que estavam lá, lutando pela categoria, sempre foi de muita esperança e “o trabalho de bastidores revelava um cenário positivo”.

Nomes ilustres em favor dos Quintos

Algumas personalidades tanto do STF, do Executivo e de entidades estiveram presentes nas sessões. Uma delas, a procuradora-geral da República

Raquel Dodge e o advogado da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra), patrono do processo, Johann Homonnai Júnior. Em favor dos servidores, sempre se posicionaram os ministros Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

No decorrer do mês de março, novamente estará lá o Sisejufe, junto com outras entidades, na luta pela manutenção dos direitos da categoria. É necessária que ela esteja sempre atenta para que não seja derrotada no tapetão do STF.

*Da Redação

Sindicato conectado a categoria



Com o “SisejufeApp” o sindicalizado recebe notícias variadas, faz reservas para a Sede Campestre, consultas processos jurídicos e tem acesso a convênios, requerimentos e, principalmente, opina sobre as decisões da luta sindical. Faça o download nas lojas PlayStore ou APPStore de seu smartphone ou iPhone e no app faça o se login. É o Sisejufe mais próximo da categoria.

Servidores do TRE

contra as remoções compulsórias

REZONEAMENTO Servidores conseguem avanços contra a política que sucateia o Tribunal

Cristiane Vianna Amaral*

Os servidores do Tribunal Regional Eleitoral no Rio (TRE-RJ) cruzaram os braços no dia 21 de fevereiro contra o desmonte da Justiça Eleitoral. Funcionários da sede e de zonas eleitorais de Volta Redonda, Rio Bonito e Miguel Pereira, entre outros municípios, demonstraram sua indignação com as remoções que estão sendo realizadas em ano eleitoral e com o calendário escolar já em andamento, desestabilizando as suas vidas e famílias.

No início do ato que marcou a paralisação, realizado no fim da tarde, em frente à sede do TRE-RJ, a diretora do Sisejufe Fernanda Lauria deu informes sobre a reunião com a Presidência do Tribunal, que respondeu alguns dos pontos de reivindicação dos servidores. Logo após o encontro realizado no dia 16 de fevereiro, foi publicado um ato sobre as pautas tratadas no encontro.

A dirigente criticou a postura da Administração que, ao publicar o Ato Conjunto GP-VP-PCRE 3/2018, buscou intimidar os servidores e desmobilizar a categoria ao afirmar que haveria expediente normal no dia da paralisação. Diante da publicação, o sindicato se viu obrigado a reformular a orientação de



Fotos: Cristiane Vianna Amaral

Enfrentamento contra a política da gestão do TRE rende resultados

suspender os agendamentos na data. Os cartórios tiveram que explicar aos eleitores não apenas os motivos da greve, mas também as razões para terem mantido a agenda, cumprindo a determinação expressa do Tribunal.

Os servidores criticaram, ainda, os critérios subjetivos aplicados no Processo de Seleção Interno, que ferem princípios como a objetividade e a impessoalidade, uma vez que as remoções eram definidas a partir da antiguidade no Tribunal. O Sisejufe encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) um questionamento sobre o tema, mas o mesmo foi enviado para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

pelo relator, que considerou ser necessário submeter a questão, previamente, ao órgão que editou a norma que regulamenta o concurso de remoção.

Manifestação silenciosa toma conta do plenário

Durante a Assembleia, os servidores decidiram fazer uma manifestação silenciosa no plenário do TRE-RJ, no qual os desembargadores estavam reunidos para julgar o abuso de poder político e econômico e a inelegibilidade por oito anos do ex-prefeito do Rio Eduardo Paes (MDB) e do deputado federal Pedro Paulo (MDB-RJ).

A categoria foi impedida de entrar com cartazes no plená-

rio, o que causou indignação aos presentes. Outro fato que incomodou os manifestantes foi a presença de um segurança durante o ato na porta do prédio, fotografando e filmando os

servidores. “Temos garantias constitucionais, não podemos nos intimidar”, destacou Fernanda Lauria.

*Da Redação

Presidência retifica critério para remoções

Após a reunião do dia 16, a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral no Rio (TRE-RJ), atendendo ao sindicato, alterou o critério inicialmente estabelecido na etapa de remoções voluntárias. No entanto, acabou publicando tal procedimento de maneira um pouco diferente do que havia sido solicitado, uma vez que, em conformidade com o que foi aprovado na última assembleia, o objetivo seria priorizar que servidores já estivessem estabelecidos em determinada região pudessem buscar sua perma-

nência nessa localidade.

“Nesse sentido, o sindicato havia pleiteado que uma nova etapa fosse criada, na qual, primeiramente, os servidores pudessem concorrer voluntariamente às vagas existentes em zonas eleitorais deficitárias de sua própria região e, depois disso, caso não conseguissem, aí sim poderiam concorrer às vagas em regiões deficitárias”, explica o dirigente do Sisejufe Lucas Costa. No dia 26/2, ao final da tarde, a Presidência retificou o ato conjunto, conforme a deliberação dos servidores.



Sindicato organiza a luta dos servidores do TRE

Crescem os casos de transtornos mentais no Judiciário Federal no Rio

SAÚDE DOS SERVIDORES

Adoecimento por transtornos mentais cresce nas justiças

Fortunato Mauro*

Mas a ação do Sisejufe, de servidores e de parte da institucionalidade aponta saídas para a mitigação do problema, inicialmente, além da criação de entes institucionais e projetos que buscam identificar os motivos, as patologias e as soluções desse grave problema.

A pesquisa “Perfil do Absenteísmo na Justiça Federal de 1º e 2º Graus do Rio de Janeiro no Período de 2008 a 2015: estudo e recomendações”, realizada pelos setores de Saúde do Tribunal Regional Federal (TRF2) e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) com a assessoria da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e cujos relatórios finais foram entregues para a Administração e para a Subcomissão Gestora Local de Saúde no final de 2017, revelou que o adoecimento por motivo de transtornos mentais vem crescendo consideravelmente nas duas instâncias judiciárias

do Rio, no período estudado, ocupando os primeiros lugares no ranking de dias perdidos de trabalho.

É importante lembrar que o Judiciário emerge na modernidade integrando o quadro de morbidade mundial, classificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como epidêmico quando tratamos dos transtornos mentais e das doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo, que despontam na liderança dos adoecimentos dos trabalhadores.

No Brasil, o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2015 mostra o quantitativo de auxílios-doença concedidos, no ano, pelas Doenças Osteomusculares (no total de 318.222 casos) e pelos Transtornos Mentais (totalizando 156.895 casos), respectivamente no 2º e 3º lugares, atrás somente das Lesões, Envenenamento e Algumas Outras Consequências de Causas Externas.

Neste sentido, não se trata de um quadro de morbidade isolado do atual contexto mun-



Foto: Internet

dial em que vivemos, tornando ainda mais premente a implantação de ações interventivas voltadas para esses conjuntos de doenças, assim como ações continuadas e permanentes de vigilância em saúde.

Nessa questão, cabe informar, e comemorar, que o projeto regionalizado “Gerenciamento do estresse no trabalho” do Subcomitê de Saúde da Segunda Região foi aprovado, dia 8/2, no Plenário do TRT2 e deverá ser executado nas varas e ga-

binetes da 2ª Região. O texto final do projeto é o resultante de debates travados por equipe multidisciplinar da Divisão de Atenção à Saúde (Disau) e da Seção de Suporte e Atendimento ao Usuário (Sesau), além da Subcomissão Gestora Local de Saúde, devendo ser realizado concomitantemente no TRF2 e sessões, por profissionais de Psicologia e de Serviço Social.

Isso aponta, novamente, no acerto da política da direção do Sisejufe quando insistiu na im-

plementação da Resolução 207 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de instituição da Política de Atenção Integral à Saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário, culminando na criação do Subcomitê de Saúde da Segunda Região que conta com a participação de profissionais qualificados e de dois diretores do Sisejufe: Soraia Marca e Ricardo Horta.

*Da Redação

Sisejufe impetra Mandado de Segurança contra a Presidência do TRT1

Desde o ano passado, os servidores têm sofrido com a gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) que no mais absoluto descaso se dedicou a alterar, sistematicamente e sem qualquer critério, a jornada de trabalho dos servidores.

Foram quatro alterações em menos de um ano, prejudicando a rotina dos funcionários e sua vida pessoal e a própria rotina e procedimentos do Tribunal. O resultado foi tumultuar o ambiente de trabalho e causar um descon-

tentamento generalizado entre os servidores, inclusive com aumento de aposentadorias em função dessa situação.

O Sisejufe mobilizou a categoria, apresentou recurso contra o então Ato 55 (das famigeradas oito horas mais uma de almoço) e fez atos no Órgão Especial. Diante da pressão e de uma situação insustentável, foi editado o Ato 107, diferenciando a jornada entre os servidores, implantando o controle de ponto e o banco de horas. O Sisejufe convocou assembleia, protocolou requerimento contra

o Ato 107 e pautou essa questão com a Presidência, porém, sem sucesso.

Indeferido o requerimento, o Sisejufe interpôs um recurso em 14/12/2017 para que a questão fosse apreciada no Órgão Especial. Entretanto, espantosamente, o recurso simplesmente não tramitou. Não foi juntado ao processo original e, quando se buscou informações nos setores pertinentes, essas eram desconhecidas e vagas. Com a diligência dos advogados do sindicato se descobriu, enfim, que estava na Divisão de

Análise de Direitos e Deveres (DANDD), mas não havia sido juntado e, ao se pedir cópia do processo, foram criados obstáculos e feitas exigências completamente inéditas e protelatórias.

Diante dessa situação, o Sisejufe, através de sua Assessoria Jurídica, impetrou um Mandado de Segurança no dia 27/02/2018 para que o recurso tramite e seja remetido ao Órgão Especial. Uma medida necessária perante a Administração que, além de completo descaso e falta de respeito com os servidores,

aparentemente resolveu também passar a ignorar suas próprias normas e a lei.

Que fique claro que o Sisejufe não se deixará intimidar e defenderá, por todas as vias, a categoria contra quaisquer desmandos e abusos, sejam eles de quem for.

*Com informações da Assessoria Jurídica do Sisejufe. O número do processo é MS 0100312-05.2018.5.01.0000.

Vivendo no mundo dos jogos de tabuleiro

PRATA DA CASA Servidor do TRE desenvolve “bord games” com temáticas espacial e futurista

Max Leone*

Apesar de vivermos num mundo em que os jogos eletrônicos dominam as atenções de crianças, jovens e até de adultos, os chamados jogos de tabuleiro, também conhecidos como “bord games”, ainda fazem a cabeça de muita gente. Que o diga o servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) Marcelo Luiz Dias, 51 anos. Além de gostar de jogar, o técnico judiciário, lotado na Secretaria de Orçamento e Finanças do órgão, cria e desenvolve jogos, um hobby que foi despertado por volta dos 15 anos de idade mas que se intensificou a partir de 2011. Ao todo, segundo ele, já criou 17 jogos de tabuleiro, além de participar de diversos eventos do gênero.

“Quando tinha 15 anos, os jogos daquela época não atendiam mais as minhas expectativas. Então, despertei para o interesse de criar meus próprios jogos. Sempre tive muita alegria e dedicação para fazer. Mas a coisa ficou mais séria, mesmo, mais profissional, a partir de 2011”, lembra Marcelo Dias que trabalha no tribunal há 22 anos.

O servidor - mais um participante do Projeto Prata da Casa

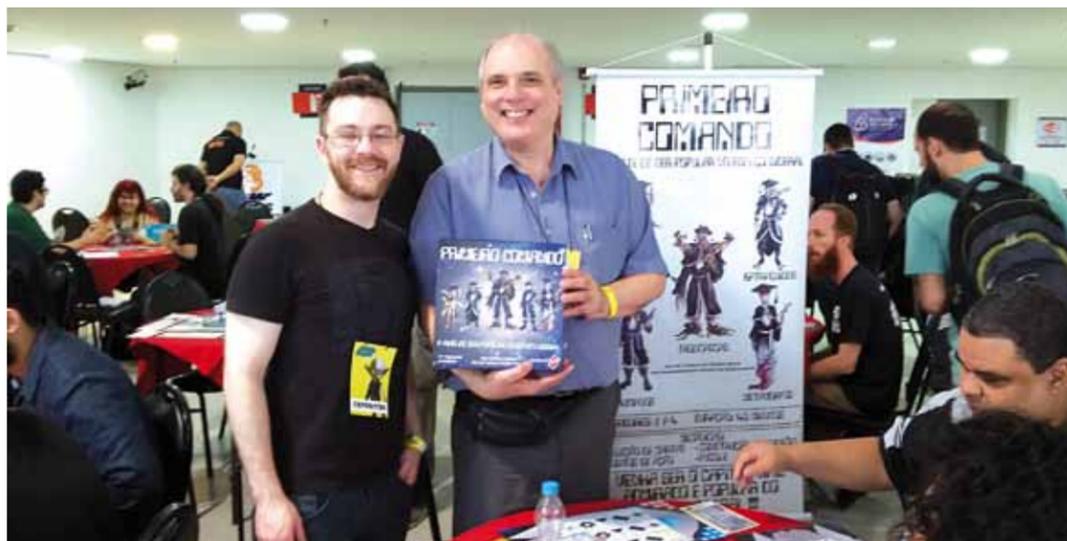
do Sisejufe - destaca que os atuais jogos de tabuleiro são bem diferentes de quando ele era criança. “As temáticas são mais abrangentes e envolvem não somente os jovens, mas atraem também os adultos”, explica Marcelo, apontando que devido à interação que promovem, “os jogos podem ser bons aliados dos pais que ficam preocupados com os filhos que só querem jogar videogames”.

Para ele, “os jogos de tabuleiro fazem interagir mais, pois jogamos frente à frente a outra pessoa e não ficamos isolados num quarto diante de uma tela. Os atuais são bem mais avançados e interativos. Houve um grande salto de qualidade”, afirma o servidor.

Marcelo testa suas ideias de jogos com o seu filho Thiago, de 18 anos, que funciona com espécie de consultor. Os amigos também servem de “cobaias”. Ele conta que após ter uma ideia de tema, cria um mosaico e começa a construir um protótipo do jogo. É aí que começa a fase de testes. “Chamo os amigos e meu filho ajuda muito, também. O importante é ter retorno das pessoas que estão jogando para ver se é preciso alterar alguma coisa. Estou sempre atento para melhorar. Não podemos achar



Fotos: Arquivo pessoal



que o jogo nasce pronto” esclarece o designer de board games.

No ano passado, Marcelo Dias participou das comemorações da Semana do Servidor do TRE-RJ. Durante a programação, houve oficinas e ele aproveitou

para apresentar o jogo “Primeiro Comando” para os colegas do tribunal. Segundo ele, a aceitação foi bem positiva.

O servidor tem consciência de que criar jogos de tabuleiro, por enquanto, continuará como

um hobby. Sua meta é ver seus jogos publicados e o principal objetivo é obter reconhecimento. “Mas se começar a entrar um ‘dinheirinho’ vai ser bom”, brinca o criador.

*Da Redação

Conheça os jogos

Dos 17 jogos que já desenvolveu, Marcelo Luiz Dias destaca dois: “Primeiro Comando” (<https://www.facebook.com/Primeiro.Comando.Board.Game/>) e “Grid Hunters” (<https://www.facebook.com/Grid.Hunters.Deckbuild.Game/>), ambos com temáticas futurista e espacial que disputam prêmios em eventos que reúnem admiradores e

idealizadores de jogos, sendo que o “Primeiro Comando” está entre os 12 semifinalistas de um concurso que ainda está em andamento. “Grid Hunters” está em outro evento, em São Paulo, entre os cinco melhores jogos.

“Primeiro Comando”, de acordo com o criador, a temática é de um concurso de popularidade no espaço sideral, em que

cada jogador representa um cadete que acabou de se formar em uma academia estelar. Devido ao alto desempenho no curso, cada um é promovido a capitão e recebeu a primeira oportunidade de comandar uma nave espacial. Os capitães devem convocar os cadetes mais condecorados da academia para integrarem a sua tripulação. Podem jogar de duas

a quatro pessoas e uma partida leva cerca de 40 minutos.

Já “Grid Hunters” trata de criaturas de outras dimensões ameaçadas por um cataclismo cósmico. Para resgatá-las, foi criado um “Grid Dimensional”, que permite viajar entre as dimensões. As criaturas, que são as cartas do jogo, são abertas em uma grade que apresenta

diversas dimensões paralelas. Quando o jogador captura uma criatura, além de resgatá-la, ele a treina para ajudá-lo a prender outras mais fortes, passando a fazer parte do seu baralho. Ao final do jogo, o “Grid Dimensional”, que foi criado às pressas, começa a desmoronar, entrando em cena as cartas de vazio, que são uma ameaça a todos os jogadores.